

Brasília,
25 de fevereiro de
2026

O BRASILIANISTA

Política, Direito, Economia e
Embajadores de Brasília



LÍTICA ECONOMIA COLUNISTAS GEOPOLÍTICA J

Início » Política

Polarização e Congresso: desafios institucionais das eleições de 2026

Crise de confiança nas instituições e segurança pública são outros temas tratados por Murillo de Aragão nesta entrevista



Podemos repetir 2022, tendo um presidente de um lado e um Congresso do outro (Foto: Joédson Alves/Agência Brasil)



Por **Redação** | 19 de janeiro de 2026

As eleições de 2026 se aproximam levantando a expectativa sobre duas frentes: a de se repetir a polarização observada em 2022 na contenda para presidente, e como ficará a formação do Legislativo. “Esse Congresso que virá poderá chegar mais armado contra o uso da guerra by proxy, ou seja, da guerra por procuração que o Executivo tem feito usando o Supremo”, afirma nesta entrevista, que contou com a participação do

jornalista Fernando Dantas. Crise de confiança nas instituições e segurança pública são outros temas tratados por Murillo de Aragão nesta conversa, além da evolução das emendas parlamentares, que o autor considera positivas caso tenham bom uso.

“A questão das emendas é quanto a limite, rastreabilidade, auditabilidade e autoria. Essas quatro coisas têm que ser resolvidas, e isso só acontecerá, na minha opinião, quando o montante de escândalos relacionados a elas chegar a um ponto de gerar uma reação”, afirma.

Em seu artigo para a Conjuntura Econômica de dezembro (link: <https://go.fgv.br/9EcH9n4wQLT>), você menciona um descrédito crônico da sociedade com as instituições do sistema político brasileiro e o perigo de que um processo de erosão comprometa a continuidade democrática. Onde se concentra esse risco?

Não vejo o Brasil indo para uma situação limite. O que vejo é uma degradação que tende a ser mitigada por um reformismo de baixo impacto. Por exemplo, tomando decisões como um contingenciamento no âmbito fiscal, cortando alguns gastos de um lado, aprovando um aumento tributário de outro, continuando com soluções paliativas. Uma degradação talvez indolor, mas permanente, leva a uma subperformance. Quer dizer, um país que podia crescer mais, que poderia ter uma circunstância econômica melhor, menos desigualdade, continuará performando muito abaixo da capacidade.

Como dizia o ministro Delfim Netto (1928-2024), o Brasil é um país que caminha pelo precipício, mas quando está a ponto de cair dá um passo atrás. Isso ocorreu várias vezes. Por exemplo, a desvalorização do real nos anos 1990 foi um recuo de uma grave crise cambial, refletida na insustentabilidade da manutenção da paridade entre real e dólar. O Brasil aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que ninguém queria aprovar porque ninguém quer ter responsabilidade fiscal. Já no período anterior ao impeachment de Dilma Rousseff, Lula pediu para a presidente substituir Guido Mantega por Joaquim Levy no Ministério da Fazenda em busca de restabelecer a credibilidade na política econômica. São todos exemplos do histórico brasileiro de que, quando se chega perto de uma situação limite, há um recuo em busca de uma solução.

Acho ainda que um ponto é ver quando chegaremos a uma situação de alerta total no campo da organização social. Temos uma ameaça na segurança pública e no crime organizado que, na minha avaliação, está sendo subavaliada pela elite brasileira. A elite tende a resolver o problema dela de segurança pública com carro blindado, segurança particular, mas a questão social é grande e está capturada pela polarização. Já a esquerda aborda o tema como uma questão estruturante, de que é um problema fruto da desigualdade. Isso está revelado na declaração do presidente [Lula](#) de que o traficante é vítima. É uma frase que deve ser levada a sério, pois embute um pensamento de que a sociedade é desigual, o que leva as pessoas para a criminalidade. Mas nossa democracia pode ser testada diante de uma paralisia decisória.

Como as eleições deste ano entram nessa avaliação?

Podemos repetir 2022, tendo um presidente de um lado e um Congresso do outro. Mas esse Congresso que virá poderá chegar mais armado contra o uso da guerra by proxy, ou seja, da guerra por procuração que o Executivo tem feito usando o [Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#).

Identifico uma possibilidade de agravamento do conflito institucional com o resultado das eleições, bem como com uma crise fiscal em 2027, caso esse conflito se materialize. Vale lembrar que quem alertou para isso foi o próprio governo, no PLDO entregue ao Congresso em abril do ano passado. Ou seja, de um lado podemos ter um Congresso menos compromissado lembrando que somente no Senado 2/3 podem ser renovados – e, de outro, um drama fiscal. Ora, se o governo não tiver uma boa relação com o Congresso, como é que vai resolver o drama fiscal? Se o Supremo não tiver uma boa relação com o Congresso, será que não corre risco de um pedido de impeachment, ou aprovação de emendas constitucionais que emparedem o Supremo Tribunal Federal?

Olhando para o Brasil neste 8 de janeiro em que conversamos – data emblemática, por sinal –, a pauta é complexa. Sem contar os problemas corriqueiros, trato de dois problemas capitais, que são o relacionamento institucional entre os Poderes e a questão fiscal. Como disse, não acredito que se chegue a uma situação limite, mas podemos ter um agravamento do conflito, sim.

Quanto ao tema da segurança e do crime organizado, pode-se

esperar uma discussão construtiva em ano de eleitoral?

Durante a eleição, acho que não haverá espaço, porque tudo gira em torno de uma narrativa eleitoral, que nem sempre é uma narrativa racional, tampouco construtiva. O lado direito da política vai acusar o lado esquerdo de que eles não cuidaram da segurança, e a esquerda vai dizer que encaminhou o PL Antifacção mas não teve apoio dos governadores, ou retomar que se trata de um problema relacionado à pobreza estrutural. Então, o que teremos é uma guerra de narrativas, não uma busca pela solução. E por que será assim? Porque, de certa maneira, nossas elites são muito boas na defesa das agendas específicas e muito inconsistentes nas agendas de interesse geral. Isso deixa espaço para que um problema sério seja debatido emocionalmente, ou eleitoralmente.

Em que medida influências como a de Donald Trump, que tem na base de sua Doutrina “Donroe” o apelo do combate ao narcotráfico, podem pesar nesse debate no Brasil?

Jogar a culpa em uma agenda externa é uma boa maneira de escapar de uma performance ruim. Isso me lembra Leonel Brizola (governador do Rio de Janeiro no início dos anos 1990, e do Rio Grande do Sul no início dos anos 1960), que sempre dizia que a culpa era das perdas internacionais, que a gente nem sabia direito o que era.

Acho que tendemos a colocar muito a questão da segurança no âmbito da geopolítica, mas se trata mais da vida das pessoas nas ruas. Não é ideológico. O eleitor não está muito preocupado com a associação do Trump com o Comando Vermelho, com o Lula ou Tarcísio Freitas, com Guilherme Derrite ou Ricardo Lewandowski. Ele está preocupado se pode entrar no ônibus lá em Irajá (subúrbio do Rio de Janeiro), e descer na Praça Mauá, no Centro, sem roubarem o seu celular. Dessa forma, é um tema que tem que ser olhado pelo ponto de vista daqueles que estão mais expostos, as classes sociais economicamente desfavorecidas.

Claro que tudo que Trump está fazendo, suas narrativas, embute o risco de interferência no Brasil, com alguma ação militar contra o crime organizado. Mas acho muito difícil que isso ocorra. A agenda de Trump com o Brasil é outra. Então, não vejo eleitoralmente esse tema como muito relevante. Quando se trata de segurança pública, o raciocínio de que não se pode votar na direita porque ela será conivente com Trump,

que pode interferir no Brasil, é de um estrato muito pequeno da sociedade.

Considera que em 2026 teremos mais uma eleição polarizada ou há chances de vermos candidaturas fortes de centro?

Receio que a gente tenha um quadro de polarização. Estamos há seis meses das convenções partidárias, acho que até lá é difícil o centro se organizar. O que pode acontecer é algum candidato do centro ou da direita, menos bolsonarista, buscar candidatura e eventualmente ter alguns apoios. Mas essa pergunta será respondida de fato por alguns partidos do meio – PSDB, PSD, MDB, Republicanos e, em parte, União Brasil e PP, cuja federação está balançando. Partidos como MDB e Republicanos podem não marchar unidos na eleição, liberando os estados para escolher com qual candidato se alinhar.

Também é evidente que todo esse papel quase predominante das redes sociais que existiu nas eleições passadas continuará, agora agravado pela existência da inteligência artificial, criando situações que podem embaraçar o eleitor – como já aconteceu na Argentina.

E no campo da centro-esquerda?

Esse é outro problema: Lula nunca deixou ninguém ser seu substituto. Ele aposta no (Fernando) Haddad para o governo de São Paulo, para ganhar ou perder, visando a que se gabarite como candidato à Presidência em 2030. Já o PSB imagina João Campos como um possível candidato, mas nacionalmente falando ainda é mais uma esperança do que realidade, pois ainda é pouco conhecido.

Em sua gestão, considero que Haddad criou dificuldades para incorporar o centro. Isso aconteceu em episódios como o debate em torno do IOF (quando afirmou que a taxa de bancos, bilionários e bets só era injusta para os desinformados sobre Brasil e questionou a renúncia tributária ao agronegócio). E, como disse, no Brasil não se ganha eleição sem o centro.

Ainda está faltando à esquerda um pragmatismo político. A sensação que a gente tem é de que quem apoiou Lula para vencer Bolsonaro não necessariamente faça isso agora, a depender do candidato da oposição. Acho que Lula cometeu o erro de achar que ganhou a eleição de 2022, quando na verdade foi Bolsonaro quem perdeu. Por achar que ganhou, formou o governo na perspectiva de vencedor. Lula fez acordos, mas não governou de acordo com eles, não cooptou esses setores. Se ele estivesse mais organizado nesse

sentido, elevando em conta a atual trajetória do bolsonarismo, teria um caminho tranquilo para a reeleição. E um terceiro erro foi ser capturado por uma dicotomia de responsabilidade fiscal e populismo fiscal.

Hoje Lula não está numa situação imbatível. Se tivesse se dedicado mais à gestão política, e dado o efetivo espaço para os núcleos que o apoiaram, sua situação de fato estaria melhor. Como disse, quem decide a eleição é o centro, é o não-bolsonarista e o não-lulista. Pesquisa da Genial Quest que identifica os núcleos eleitores mostra que os radicais no Brasil não chegam a 20% da esquerda e da direita. Então, há 80% que podem migrar. À medida que se encaminha para o centro, o preconceito de votar por um lado ou outro diminui.

É para esse eleitorado que Lula tinha que falar. E esse é o problema do Flávio Bolsonaro. Ambos, paradoxalmente, estão com o mesmo problema, pois é aí que está o filé-mignon das eleições.

Hoje os indicadores mostram a economia brasileira em bom momento: taxa de desemprego em mínima histórica, salário real

recorde, queda da inflação, ainda que fora do centro da meta. Mas isso não tem se traduzido em melhora de popularidade na mesma medida. O que justificaria isso?

Realmente é difícil explicar. Mas mencionaria vários fatores que podem ser considerados. Acho que a polarização política encobre muito essa melhora da economia. Um segundo elemento pode estar na comunicação do governo. Hoje pode haver uma acomodação, com as pessoas percebendo que esses resultados são o que o governo tem de entregar mesmo. Certa vez um analisa da Arko Advice comparou esse *habitation* à relação de um cliente com seu banco. Se o dinheiro estiver lá e as contas estão sendo pagas em dia, você não ligará para o gerente para lhe dar os parabéns pela eficiência do banco. Mas se um débito automático não acontecer e você for levado a um protesto, aí você ligará para reclamar do banco. Então, pode ser que a percepção da população é de que essa conjuntura faça parte do seu repertório. O ruim é se não for assim.

A questão é que, dessa forma, a sociedade passa a se preocupar com outros temas.

Parte se preocupará com Bolsonaro, outra, menor, com o esquerdismo do governo, outra com o autoritarismo do STF, e outra parte, importante, com a segurança pública. E aí sobra pouco espaço para elogiar a economia.

Também acho que o governo não se comunica bem com a elite. Isso significa que a economia está indo bem, mas o agente econômico, por não gostar do governo, acha que a economia iria ainda melhor se fosse outro governo.

Esse é um problema que o governo não supera, e que serve como um filtro negativo para que os efeitos sejam efetivamente percebidos. Costumo usar a expressão da sensação térmica. Se a economia está em 20, mas sua “sensação térmica” é 17, então para você está 17. Há diálogos que são importantes, como fazia Marco Maciel (chefe da Casa Civil no governo José Sarney, vice-presidente de Fernando Henrique Cardoso), que dedicava alguns dias para atender todos que quisessem falar com ele. Chegava às 6 da manhã e dedicava 15 minutos para um, 20 a outro, para alguns dizia apenas que iria pensar no que ouviu, mas o cara saía satisfeito. Mesmo o **Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável**, a nova versão do Conselhão, não tem tido a mesma repercussão, o

mesmo impacto. Considero que este governo tem dificuldade em dialogar com as elites econômicas, e elas são importantes porque influenciam nessa sensação térmica que mencionei.

No final de 2022, tivemos a condenação do orçamento secreto pelo STF. O tema das emendas parlamentares, entretanto, não saiu do foco, até pelo crescente montante orçamentário aprovado para emendas, de R\$ 61 bilhões em 2026. Como avalia a evolução desse debate?

De fato, houve uma distorção das emendas chamadas RP9, que ficaram conhecidas como Orçamento Secreto. Elas não eram completamente secretas, mas induziam a esse fato na triangulação entre quem destina, destinação e destinatário. No RP9, o relator tinha originalmente uma sobra de orçamento para destinar para eventualidades. Chegou um momento em que as lideranças do Congresso se apropriaram desse

processo e inflaram o RP9 para distribuir aos seus aliados. E aí o problema começa. Mas quando hoje se fala em emendas, estigmatiza-se por aquilo que foi vendido do orçamento secreto. Tem lógica metralhar todas as emendas? Pode-se até não gostar, mas a emenda parlamentar é um instrumento que existe há tempos, e não só no Brasil. Democraticamente, considero um instrumento válido dentro da democracia.

O ministro [Flávio Dino](#) hoje busca regras adicionais para a execução das emendas, seguindo a linha da auditabilidade e rastreabilidade. Acho que sobre isso haverá uma decisão e o Congresso terá que aceitar, pois hoje não existe confiança de lado a lado, e aí fica difícil chegar a uma solução. Podemos ter uma decisão do Supremo e uma contra decisão do Congresso, nova decisão do Supremo e esse debate se arrastar.

A questão toda de fato é quanto a limite, rastreabilidade, auditabilidade e autoria. Essas quatro coisas têm que ser resolvidas, e isso só acontecerá, na minha opinião, quando o montante de escândalos relacionados a elas chegar a um ponto de gerar uma reação, como aconteceu em 2013, a partir dos protestos.

Em artigo publicado no Blog do IBRE em 2025

(<https://go.fgv.br/Q06k49KvSRs>), o pesquisador Bráulio Borges mostra como o volume de emendas parlamentares no Brasil é alto comparativamente a outros países. Em relação aos EUA, por exemplo, ele ilustra que se o Brasil seguisse a regra americana, que limita as emendas a até 1% das despesas discricionárias, em 2024 o gasto com emendas seria de R\$ 2 bilhões, e não R\$ 44,8 bilhões como foi. Isso não representa uma distorção?

Acho que não. Acho que isso é fruto, principalmente, do fato do nosso engessamento orçamentário. Com 92% do orçamento voltados a despesas obrigatórias, não há como discutir prioridades. Por exemplo, quanto à educação – se estamos indo mal, é preciso investir na educação pré-escolar ou no ensino médio? –, ou como tratar nossos problemas de

segurança na fronteira. Seria melhor ter um debate mais amplo, e até mais engajado, mas o espaço orçamentário que sobra para isso são 8%, dos quais o Congresso pleiteia metade, e começa a briga.

Outro motivo pelo qual não considero adequado comparar o caso brasileiro ao dos Estados Unidos é que lá se trata de uma federação de fato: há senado nos estados, que contam com seus respectivos orçamentos. É uma dinâmica econômica e fiscal diferente do Brasil.

De fato, não vilanizo as emendas. O que acho que deve ser vilanizado é o seu mau uso. E, claro, se a fatia do orçamento que é discricionária é tão apertada, seria adequado estabelecer um limite, por exemplo, um terço, para deixar margem de manobra para que também o presidente da República possa governar.

Entrevista originalmente publicada na Revista Conjuntura Econômica, feita pela jornalista Solange Monteiro

**Siga as redes sociais do O
Brazilianista**



o_brasilianista
Áudio original

Ver perfil

O BRASILIANISTA

**STF DIVULGA DETALHES DA CELA
ONDE BOLSONARO FICARÁ
CUSTODIADO**

[Ver mais no Instagram](#)

3 curtidas

o_brasilianista

O Supremo Tribunal Federal informou, em nota divulgada nesta terça-feira, que a cela destinada ao ex-presidente Jair Bolsonaro comporta até quatro pessoas, mas será utilizada de forma exclusiva. As informações foram divulgadas após a circulação de um vídeo que mostra a nova unidade de custódia onde Bolsonaro ficará detido.

Segundo o STF, a estrutura integra uma unidade da Polícia Militar e segue os mesmos padrões das demais celas do local. Ainda de acordo com a nota, o ex-ministro Anderson Torres e o ex-diretor da PRF Silvinei Vasques estão custodiados em outra cela semelhante, que é compartilhada entre os dois.

 Reprodução/STF

Adicione um comentário...



Redação

Tags:

8 de janeiro

Congresso Nacional

economia

Eleição 2026

PL Antifacção

Política

Todos os direitos
reservados |

Política de
Privacidade

| Termos de
Uso